



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO ENFRENTAMENTO DAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”: Uma análise no âmbito da Educação Superior Brasileira

Ana Cristina de Lima Santos

aninhajr@bol.com.br.

PPGSS/UFPB

Brasil

Roberta Teodorico Ferreira da Silva

robertta.jp@hotmail.com

PPGSS/UFPB

Brasil

Aline Maria Batista Machado

robertta.jp@hotmail.com

PPGSS/UFPB

Brasil

RESUMO

O presente resumo tem como objetivo analisar a Política de Assistência Social e sua interface junto a Política de Educação através dos Programas de Transferência de Renda em nível municipal, e sua interlocução com a assistência estudantil superior no caso brasileiro, tendo como objeto de estudo o Programa “Bolsa Universitária”. O referido objeto é fruto do Projeto de Pesquisa do Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). No que concerne à metodologia, a pesquisa tem uma abordagem quali/quantitativa, sendo utilizada a técnica de análise de conteúdo para análise e interpretação dos dados, através do método do materialismo crítico dialético. Quanto aos procedimentos, é uma pesquisa bibliográfica e documental. A fundamentação teórica baseia-se numa análise crítica dialética dos fatos sociais, tendo em vista que a política social no Brasil é resultado de um processo histórico, de “reformas” e ajustes, numa convivência constante entre o arcaico e o moderno, dentro de um movimento contraditório da luta de classes. Considerando as particularidades do País, Fernandes (2006) aponta traços históricos como coronelismo, colonialismo, autoritarismo, clientelismo, que expressam o conservadorismo até os dias atuais. O recorte temporal se dá com a Constituição Federal de 1988, enquanto principal marco legal, histórico e político. Segundo Mandel (1982) o Estado tem função integradora, portanto se utiliza das políticas sociais a fim de manter a ordem dominante, por outro lado elas são resultado de reivindicações da classe trabalhadora (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Em tempos de (Neo) desenvolvimentismo consolidam os chamados Programas de Transferência de Renda. Assim, a discussão será sobre sua



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

articulação junto a assistência estudantil, já que no Brasil, identificou-se que existem Secretarias Municipais de Assistência Social que executam Programas que ofertam “Bolsas Universitárias” a estudantes universitários em situação de pobreza, oriundos de Instituição de Ensino Superior (IES) pública ou privada. Diante disto, adota-se o pressuposto de que estes Programas adotam um caráter focalista e seletivo baseando-se em ações paliativas, não garantindo a inserção no mundo do trabalho, nem tão pouco a qualidade da Educação, porque as expressões da “questão social” são derivadas do sistema capitalista que é contraditório por natureza. Destarte, para, além dos Programas de Transferência de Renda, executados predominantemente pela Política de Assistência Social focado em ações de “inserção” e combate à pobreza, faz-se necessário pensar em políticas sociais consistentes e universais, tendo como princípio fundamental o direito social, não o mérito individual, políticas assistenciais que gerem emprego e condições de trabalho para que o cidadão possa se reproduzir socialmente e ter condições de reivindicar direitos e travar lutas, por uma nova ordem social sem exploração de classe, com a contribuição da Educação para “[...] uma transformação social, ampla e emancipadora” (MÉSZÁROS, 2008, p.76).

Palavras-Chave: “Questão Social”. Educação Superior. Transferência de Renda.

ABSTRACT

The purpose of this summary is to analyze the Social Assistance Policy and its interface with the Education Policy through the Income Transfer Programs at the municipal level, and its interlocution with the superior student assistance in the Brazilian case, having as object of study the Program "University Bag". This object is the result of the Research Project of the Master in Social Work of the Federal University of Paraíba (UFPB). As far as the methodology is concerned, the research has a qualitative / quantitative approach, using the technique of content analysis for data analysis and interpretation, through the method of critical dialectical materialism. As for the procedures, it is a bibliographical and documentary research. The theoretical foundation is based on a dialectical critical analysis of social facts, since social policy in Brazil is the result of a historical process, of "reforms" and adjustments, in a constant coexistence between the archaic and the modern, within a contradictory movement of the class struggle. Considering the particularities of the country, Fernandes (2006) points to historical traits such as coronelism, colonialism, authoritarianism, patronage, which express conservatism to the present day. The temporal cut occurs with the Federal Constitution of 1988, as the main legal, historical and political landmark. According to Mandel (1982), the state has an integrative function, so it uses social policies to maintain the dominant order, on the other hand they are the result of demands from the working class (Behring; boschetti, 2011). In times of (Neo) developmentalism, they consolidate so-called Income Transfer Programs. Thus, the discussion will be about its articulation with student assistance, since in Brazil, it was identified that there are Municipal Secretaries of Social Assistance that execute Programs that offer "University Scholarships" to university students in poverty situation, coming from Teaching Institution Superior (IES) public or private. In view of this, the assumption is that these Programs adopt a focalist and



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

selective character based on palliative actions, not guaranteeing the insertion in the work world, nor the quality of Education, because the expressions of the "social question" are derived from the capitalist system which is contradictory by nature. Thus, in addition to the Income Transfer Programs, which are predominantly implemented by the Social Assistance Policy focused on "insertion" and fight against poverty, it is necessary to think of consistent and universal social policies, having as fundamental principle the social right, not individual merit, welfare policies that generate employment and working conditions so that the citizen can reproduce socially and be able to claim rights and fight struggles, for a new social order without class exploitation, with the contribution of Education to " [...] a broad and emancipatory social transformation "(MÉSZÁROS, 2008, p.76).

Keywords: "Social issues". College education. Transfer of Income.

I. Introdução

No processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, a reprodução social por meio das políticas sociais, é essencial para "manter a ordem". Assim, para Netto (2001), as políticas sociais públicas, ou seja, sob a intervenção estatal, emergiu na fase do capitalismo monopolista, a fim de atender por um lado algumas demandas da classe trabalhadora diante da visibilidade da "questão social" e por outro, atender ao capital. O Estado, portanto, utiliza-se das legislações para legitimar seu poder e garantir o processo de acumulação capitalista por meio das políticas sociais, que tem função política e ideológica de manter o consenso junto a classe trabalhadora, como também é resultado das lutas de classes, como assinala Behring e Boschetti (2011).

Em tempos de crise do capitalismo, as políticas sociais são as primeiras a sofrer com cortes em recursos, como também o Estado apresenta uma intervenção mínima na área social, como foi no período neoliberal, focalizando as ações, como é o caso dos Programas de Transferência de Renda (PTR). Emergiram no cenário de crise, nos anos 1970 no contexto internacional e expandiu-se nos anos 1990 na América Latina com o objetivo de enfrentar as expressões da "questão social", reduzida ao combate à pobreza. "A pobreza aparece distanciada dos debates estruturais e



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

transformada num objeto técnico em si, a considera através de indicadores universais, desterritorizando a questão social e com um discurso de eficácia ideológica” (MOTA, 2012, p. 181).

No caso brasileiro esse fenômeno teve sua consolidação no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, onde expandiu por sua vez a Política de Assistência Social, como também a Educação Superior com vários programas sociais de incentivo ao acesso e permanência estudantil. No Brasil, o maior PTR, o Programa Bolsa Família (PBF), é vinculado à educação, sendo essa a grande inovação segundo Silva, Yazbek e Di Giovanni (2012).

Nesse cenário, também se insere no ano de 2008 o Programa de transferência de renda da Prefeitura de João Pessoa, chamado de “Bolsa Universitária”. Para esse ensaio, fruto da pesquisa (em andamento) da Pós Graduação em Serviço Social/UFPB, de uma das autoras¹, nos propomos a compreender a relação da transferência de renda junto a Educação Superior, a partir do referido do Programa.

Além dessa introdução, o trabalho está dividido em quatro sessões, onde será discutido o marco teórico, ou seja, o cenário que possibilitou a criação e avanço dos PTR e sua relação com a Educação, posteriormente, como se deu os procedimentos metodológicos para alcançar os dados. Em seguida, alguns resultados parciais acerca do programa e por fim algumas considerações. Esse estudo investigativo corresponde a um recorte de nossa pesquisa em andamento do Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

II. Marco teórico/marco conceitual

A partir da Constituição Federal de 1988, no Brasil, as políticas sociais receberam um status de direito social e dever do Estado, sob uma proteção social na perspectiva de universalização. Mesmo com esse avanço, o Brasil está “na condição de um dos países mais desiguais em escala mundial” (SITCOVSKY, 2012, p. 150).

¹ SANTOS, Ana Cristina de Lima. **Transferência de Renda e Educação Superior: Uma Análise do Programa Bolsa Universitária da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB.** Projeto de Pesquisa. João Pessoa, UFPB, 2017. 29 fl.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Nos anos 1990 o Brasil sofre a ofensiva neoliberal que desenhou uma ampla “reforma” do Estado, sob o tripé: desregulamentação dos direitos sociais, privatização de estatais e focalização das políticas sociais, como resposta a crise do capitalismo, justificou-se que a solução seria “reconstruir o mercado, a competição e o individualismo” (LAURELL, 2009, p. 162).

Santos (2017a) aponta que a crise mundial de ordem estrutural do capitalismo dos anos 1970, somada a crise de 2008, tem provocado mudanças em todas as dimensões da vida social, com inflexões diretas nas políticas sociais e no mundo do trabalho em tempos de financeirização da economia e mundialização do capital. Cada crise deriva-se das próprias contradições econômicas internas do sistema, tem seus traços gerais e particulares em dada conjuntura. A crise do capital ocasionou o enfraquecimento das economias centrais, diminuição de investimento na área social, em empresas públicas, fortalecendo o setor privado, aprofundando a desigualdade social, principalmente, nos países de economia dependente.

Nessa conjuntura de crise do capitalismo foi possível emergir os Programas de Transferência de Renda majoritariamente na Política de Assistência Social, todavia, fazendo interface com a Educação. A exemplo do maior PTR no Brasil, vários autores tem identificado que o Programa Bolsa Família tem contribuído na redução da *pobreza absoluta*, tendo em vista que muitas famílias só dispõem dessa renda, ou como complemento de renda para segurança de sobrevivência e rendimento conforme garantido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004).

A Assistência Social enquanto política de proteção social, ganha centralidade e assume um papel protagonista, com maior visibilidade, em busca da garantia de direitos, benefícios e serviços. A criação dessas políticas, que deveriam ser “divisores de água entre o *feitiço da ajuda* e a criação de uma política pública, constitutiva de direitos, estas marcas não foram totalmente superadas”. (MOTA, 2009, p. 186). Logo, o que deveria ser revolucionário, foi o velho numa nova roupagem, disfarçado de “Bem Estar Social”. Essa realidade mostra a fragilidade dos movimentos sociais e dos trabalhadores na luta pelos seus direitos.

Faz-se necessário entender a pobreza considerando sua historicidade dentro do campo macro político, econômico e social da relação capital e trabalho, tendo em vista sua vinculação a



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

emergência da expansão da industrialização e da consolidação do modo de produção capitalista. Apoiada nos estudos de Marx (2001) a pobreza para além da escassez é fruto da Lei geral da acumulação capitalista, ou seja, na mesma medida que de um lado se acumula riqueza, por outro se aprofunda a miséria e pobreza. De modo que o Estado precisa intervir nas expressões da “questão social” com medidas anticrises, tendo em vista o aprofundamento do pauperismo e outras decorrências da expansão do capitalismo na fase monopolista, como afirma Netto (2001). Assim, o sistema de produção capitalista se mantém pela exploração da classe trabalhadora gerando duas classes antagônicas, onde a classe dominante sobrepõe a classe dominada, aprofundando a desigualdade social e a exclusão social.

Os Programas de Transferência de Renda (PTR) na Europa, chegou nos anos 1970 e na América Latina chegou nos anos 1990 e consolida-se a partir de 2003 nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, por orientação dos organismos internacionais, sobretudo o Banco Mundial, que tem ditado as regras aos países dependentes. O governo neodesenvolvimentista, atendeu “algumas necessidades imediatas das classes trabalhadoras, sem romper com as exigências das classes proprietárias e dominantes” (MOTA, 2012, p. 37).

Para Salvador (2012) à medida que os PTR produzem acesso a direitos, por outro lado, leva o cidadão para a lógica do consumo e endividamento por meios de cartões de créditos e empréstimos. Ainda utilizam-se do fundo público, fragilizando o investimento nos serviços socioassistenciais, tendo em vista o maior recurso destinado às ações de transferência de renda, sobretudo para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e PBF. Na contradição própria do sistema capitalista, os PTR promovem o acesso a serviços públicos básicos como educação e saúde, movimentam o mercado interno, ou seja, o consumo das massas, ainda que seja um subconsumo e amenizam as desigualdades sociais. “Daí não haver dúvida de que a transferência direta de recursos para os cidadãos proporciona maior grau de cidadania às pessoas” (GOMES, 2016, p. 80). Por outro lado, funciona como amortecimento das lutas sociais, tendo em vista que é um mecanismo de consenso.

O pressuposto central que vem orientando os Programas de Transferência de Renda no Brasil é de que o ciclo de reprodução da pobreza pode ser interrompido quando



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

os filhos de famílias pobres saem da rua ou do trabalho precoce para ir para *escola*, recebendo para isso uma transferência monetária que compense a remuneração pelo trabalho infantil. Trata-se de um esforço de articulação de uma política compensatória (transferência de renda monetária) com políticas básicas estruturantes como *educação*, saúde, trabalho etc. (SILVA E SILVA, 2004, p.5, grifos nossos).

A educação é um direito social garantido na CF/88 e consolidado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996). Contudo, há pessoas que não conseguem acessá-lo, ou manter-se usufruindo desse direito. Para tanto, foram criados diversos programas sociais nas três esferas de governo que possibilitam o acesso e permanência estudantil.

No que se refere à Educação Superior, muitos têm conseguido acessar esse direito por meio de Programas em âmbito federal, sobretudo no governo Lula, como é o caso do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI/2007), o Programa Universidade para todos (PROUNI/2005), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES/2001), os quais proporcionaram ampliação de acesso e permanência de estudantes. Contudo, muitos cidadãos ainda não conseguem acessá-lo e para além disto, não conseguem manter sua formação acadêmica, até porque esses programas dentre muitos critérios de elegibilidade são pautados no corte de renda. O que comprova o processo excludente e focalizado dos Programas sociais.

No governo atual, esses Programas e as Políticas sociais em geral, estão sofrendo fortes ataques à democracia, em tempos de temor, sob a presidência do Brasil, de Michel Miguel Elias *Temer* Lulia, o qual tem realizado “reformas” de maneira rápidas e profundas, provocando uma retração dos direitos sociais, num movimento antidemocrático. A classe trabalhadora esmagada e desacreditada tem assistido às “mudanças”, não sem pressões, pois, ainda que timidamente, identificamos algumas manifestações populares que se fazem presente no cenário sócio político.

Diante desse contexto tenso, há programas sociais que ainda persistem na oferta de condições de acesso e permanência a estudantes universitários, no enfrentamento às expressões da “questão social”. Veremos no item a seguir um Programa em nível municipal que dar condições a universitários que estão em situação de pobreza, para manter seu curso superior.



III. Metodologia

Para tanto, utilizamos uma metodologia fundamentada no método materialismo histórico-dialético da teoria Marxista, que segundo Netto (2011), proporciona a relação estreita entre sujeito e objeto, como também considera a historicidade e totalidade do fenômeno a fim de alcançar a essência do objeto. Destacamos uma categoria importante nessa discussão, a dialética, segundo Kosik (1995, p. 108) “não é apenas capacidade de pensar e de conhecer racionalmente; é ao mesmo tempo o processo de formação racional da realidade e, portanto, realização da liberdade”.

A pesquisa é quanti-qualitativa, bibliográfica e documental, tendo como principal fonte de dados o Relatório anual de ações do Programa referente ao ano de 2016 e a lei de criação do Programa Bolsa Universitária (PBU).

IV. Análises e Discussão dos dados

Na Constituinte brasileira, a educação uniu-se na luta das políticas sociais por educação pública, gratuita e de qualidade, culminando na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Contudo, segundo Saviani (2008), a política educacional sempre foi alvo de cortes de recursos e “reformas” do Estado, basta ver as mudanças no que se refere aos Planos voltados para educação. Em nível superior, segundo Lima (2011) “reformas universitárias” foram orientadas pelo Banco Mundial, fazendo com que os Programas criados que ofertam condições de acesso e permanência estudantil, se insiram no circuito do grande capital e da financeirização das políticas sociais. Não só em nível federal, mas acreditamos que em outros níveis também.

Para este ensaio, escolhemos apresentar o Programa Bolsa Universitária (PBU) criado pela Prefeitura de João Pessoa, o qual foi regulamentado pela Lei Municipal nº 11.608/2008. Tem como objetivo a concessão de benefício financeiro a estudantes universitários de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas, que estão em situação de pobreza ou extrema pobreza e que residam em João Pessoa, dentre outros critérios descritos nos editais de seleção. O benefício de 1/3



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

(para quem é apenas inscrito no Cadúnico) e 1/6 (para quem recebe o BF) do salário mínimo vigente, auxilia nas despesas para manutenção da graduação, conforme assinala Santos (2017a).

O PBU é considerado um Programa de Transferência de Renda em nível municipal, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) do Município de João Pessoa e faz parte da proteção social básica da Política Municipal de Assistência Social do município. Segundo a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), no Art. 1,

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um *conjunto integrado* de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2011, p. 1, grifos nossos).

Os PTR estão majoritariamente vinculados a Política de Assistência Social e esta sendo intersetorial, articula-se a outras, como no nosso estudo investigativo, faz interface com a Política de Educação. O PBU seleciona uma média anual de 150 novos alunos, os quais precisam atender um perfil exigido no Edital anual de seleção. Como principal critério de elegibilidade, precisa comprovar a inscrição no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal (CADÚNICO), o qual permite a identificação daqueles que estão em situação de pobreza para prioridade no acesso a políticas específicas, dentre outros critérios estabelecidos em cada edital anual², segundo aponta Santos, Machado e Silva (2017b).

Como todo PTR tem suas condicionalidades, como fazer o recadastramento semestral a fim de avaliar o perfil, como também identificar se houve reprovação nas disciplinas entre outros elementos. A reprovação gera um desconto no valor do benefício determinado em cada edital de seleção anual, podendo chegar a 100% tendo em vista que o desconto é cumulativo e o beneficiário pode chegar a não receber mais o benefício, culminando no desligamento do Programa, conforme afirmam Santos, Machado e Silva (2017b). Tal dado revela o caráter meritocrático contrapondo-se a ideia de direito social. O que se identifica é que “a política social vai servindo para consolidar o modelo de consumo do *social-desenvolvimentismo* que consistiu em promover a transição para uma

² Os editais de seleção são publicados em semanário municipal e também ficam disponíveis no site da Prefeitura de João Pessoa. <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/sedes/bolsa-universitaria/>>. (Acesso em 15/09/2017).



sociedade de consumo de massa, através do acesso ao sistema financeiro” (LAVINAS, 2015, p. 12, grifos da autora).

No que se refere ao perfil do beneficiário atendido no PBU, os dados parciais referente ao ano de 2016, evidenciam a predominância do sexo feminino, sendo a faixa etária predominante de 21 a 24 anos. O Inep (2013) evidencia o maior número de mulheres nas universidades e a predominância também nessa faixa etária. O curso que mais sobressaiu entre os atendidos foi Direito. Dados do Inep (2014, p. 12), demonstra que a oferta do curso de direito também predominou, num total de 9828, seguido da área de educação com 7.833. Acerca da Instituição de Ensino Superior, a relevância concentra-se no setor público, com destaque para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Certamente o Reuni, deve ter contribuído na inserção de pessoas em situação de pobreza nas universidades públicas.

No ano de 2016 foram atendidos 363 estudantes universitários. Estes correspondem ao acúmulo dos alunos que se inseriram no Programa no período de 2012 a 2016, tendo em vista que os que entraram em 2010 e 2011 já concluíram o curso e foram desligados do Programa. Até o momento, não foi identificado o acompanhamento desse aluno formado no que concerne a inserção no mundo do trabalho, tendo em vista que um dos objetivos da educação é a qualificação para o trabalho. Salientamos que o mercado está cada vez mais exigente, não absorvendo toda a mão de obra qualificada, gerando um desemprego estrutural que vem se aprofundando desde a crise do capitalismo. Contudo, encerramos essa seção com uma frase de Paulo Freire: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, seme la tampouco a sociedade muda”.

V. Conclusões

Nossas conclusões, ainda que parciais, tendo em vista que a pesquisa encontra-se em andamento, aponta para a importância da relação entre a transferência de renda e a educação superior, por meio do Programa Bolsa Universitária de João Pessoa/PB, tendo em vista que muitos universitários de baixa renda não conseguem permanecer no curso pelo motivo econômico, embora saibamos que há vários outros motivos que acabam determinando a evasão.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Embora o Programa apresente limitações no número de vagas ofertadas em cada ano, na abrangência, nos critérios seletivos de elegibilidade para inserção, consideramos importante o seu funcionamento, mas não deixando de inseri-lo na totalidade do fato social, entendendo que nenhuma política ou programa social é eficaz no tocante à mudança radical na estrutura social. Sendo necessário, portanto, investir em políticas sociais universais, política de geração de emprego e em tempos de *Temer*, lutar pela manutenção dos direitos sociais conquistados, resistir. Discussão instigante, mas que a brevidade desse texto, não permite aprofundar.

Contudo, o Estado por sua vez, que aderiu o modelo econômico atual, realiza ações que minimizam as consequências do capitalismo, com o intuito de manter a ordem social. Assim, as políticas compensatórias não irão, em hipótese alguma, sanar com as expressões da “questão social” na sociedade, mas irá manter o controle e a proliferação dessas expressões.

VI. Referências

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal. 1988.

_____. **LEI Nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. 2011.

_____. **Resumo Técnico**: Censo da educação superior 2013: resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf>. (Acesso em: 20 out. 2016).

_____. **Resumo Técnico**: Censo da educação superior 2014: resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2014/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2014.pdf>. (Acesso em: 29 nov. 2017).

_____. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** [recurso eletrônico]: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 10. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 46 p.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/MDS. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília. 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LAVINA, Lena. **A financeirização da política social: o caso brasileiro**. 2015. Disponível em:<<http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2015/09/Lena-Lavinas-colet%C3%A2nea-Cesinha-Politika-2015.pdf>>. (Acesso em 15 out. 2017).

JOÃO PESSOA. Prefeitura Municipal de. SEDES. **Relatório Anual de Atividades do Programa Bolsa Universitária**, 2016.

_____. Prefeitura Municipal de **Lei Nº 11.608, de 23 de dezembro de 2008**. Institui O Programa Municipal Bolsa Universidade - PMJUNI, aos Estudantes Beneficiados com Bolsa Família no Município de João Pessoa e dá outras Providências.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

GOMES, Fátima Leite. **O Programa de Transferência de Renda Bolsa Família: A face do consenso**. 1 ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 6 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

LAURELL, Asa Cristina . Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (org); et al. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. Tradução de Rodrigo Leon Contrera. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Kátia. **O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século**. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun., 2011.

MARX, Karl. **A Lei geral da acumulação capitalista**. O Capital. Vol. I, Livro II, XXIII. Cap. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Trad. Carlo Eduardo S. Matos et al. São Paulo: Abril Cultural. Os economistas, 1982.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2009.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

_____. (Org.). **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia:** crescimento econômico e reprodução a desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital.** Trad. Isa Tavares. 2ª ed.. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 3 ed. Ampliada, São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, Demerval. **Política Educacional Brasileira:** limites e perspectivas. Revista de Educação PUC. Campinas n° 24. Campinas, 2008. Disponível em:

<http://www.aedi.ufpa.br/parfor/letras/images/documentos/ativ2_2014/breves/breves2012/politica%20educacional%20brasileira%20limites%20e%20perspectivas.pdf> (Acesso em: 29 nov.2017).

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez.2010.

SANTOS, Ana Cristina de Lima. **Transferência de Renda e Educação Superior:** Uma Análise do Programa Bolsa Universitária da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB. Projeto de Pesquisa. João Pessoa, 2017(a). 29 fl.

SANTOS, Ana Cristina de Lima. MACHADO, Aline Maria Batista. SILVA, Roberta Teodorico Ferreira da. **Transferência de Renda e permanência na Educação Superior.** Disponível em <http://www.coipesu.com.br/anais> (Acesso em: 29 nov.2017). 2017(b).

SILVA E SILVA, O., YAZBEK, M. C., DI GIOVANNI, G. **A Política Social Brasileira no Século XXI:** a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo, Cortez Editora, 2012. (edição revista e atualizada).

SILVA E SILVA, Maria Ozanira de. Os programas de Transferência de Renda na Política Social Brasileira: seu desenvolvimento, possibilidades e limites. **Revista de Políticas Públicas**, v. 8, n. 2, 2004.